



Massa Crítica

Luís Marques
l.s.marques@sapo.pt

O PLANO SOCIALISTA DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA

António Costa não resistiu. É demasiado tentador. No passado sábado, vestiu a indumentária de secretário-geral do Partido Socialista, colocou o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) debaixo do braço, e rumou a Portalegre para a apresentação dos candidatos do PS à Câmara local. E foi do PRR que tirou a bandeira eleitoral socialista para a campanha no Alto Alentejo, no caso, a construção da barragem do Pião, uma promessa com 63 anos de vida. Obra arrancada a ferros pelos socialistas nas negociações com Bruxelas, na versão heroica de António Costa. Está dado o sinal. O PS apropriou-se do PRR e fará dele o programa político dos próximos atos eleitorais.

Sentado em cima de um gigantesco pacote de €15 mil milhões, o Partido Socialista olha para baixo e vê um país a seus pés. Tem dinheiro para distribuir, e nós sabemos como o PS adora distribuir dinheiro. Uma barragem aqui, uma estrada acolá, obras um pouco por todo o lado, um pacote financeiro para este, outro para aquele, dinheiro para os amigos, dinheiro para calar os descontentes e os necessitados. Dinheiro. Dinheiro. Dinheiro. PS. PS. PS. Todos vão precisar de dinheiro. Todos vão depender do PS. António Costa, primeiro-ministro, podia ter evitado esta partidização do PRR. António Costa, secretário-geral do PS, não resistiu a ser ele próprio a indicar o caminho do desastre.

Hoje em dia, o Partido Socialista é o Estado. E o Estado é do Partido Socialista. A pandemia primeiro e o PRR agora acentuaram a tentação jacobina do PS que trata o aparelho do Estado como se fosse um prolongamento do aparelho socialista. Ainda recentemente, a ministra Alexandra Leitão, que tem precisamente a pasta da Modernização do Estado, achou normal propor o financiamento de residências para filhos de funcionários públicos com o extraordinário argumento de que se os privados o podem fazer o Estado também o deveria poder fazer. A coisa, de tão absurda, morreu. Mas a senhora continua ministra. Provavelmente para acompanhar atentamente a "modernização" do Estado com a nomeação de *boys* socialistas para cargos na função pública sem escrutínio da Cresap. Ou com a nomeação de familiares e amigos de ministros para altos cargos em empresas e institutos públicos. E sabe-se lá que mais.

Do alto de tanto poder, o PS faz o que quer. Olha para baixo e para o lado e ninguém o incomoda. A partidização do PRR podia ser um, mais um, grito de alerta. Nada. Rui Rio está mais preocupado com a revisão constitucional, e provavelmente em arrumar as malas da liderança do PSD. De Belém poderão vir, talvez, uns sibílicos recados. Nada que estrague a parceria institucional com o Governo. Num país anestesiado, como está Portugal, o maior e mais importante programa de apoio externo arranca sem verdadeiro escrutínio político, sem discussão nem oposição. É neste deserto que António Costa promete construir um oásis socialista, transformando o PRR na bandeira que conduzirá o PS à vitória e a si próprio à glória. O plano socialista de recuperação e resiliência saiu à rua. O tiro de partida foi dado sábado, em Portalegre.

CONSUMO



Consumo A inflação está muito baixa, mas há bens e serviços com subida de preços muito acima da média. Famílias pobres são mais penalizadas

Os preços que mais sobem em Portugal

Textos SÓNIA M. LOURENÇO

Combustíveis e lubrificantes para veículos (19,2%), meios ou suportes de gravação (14,9%), seguros de transportes (9,4%), seguros de saúde (8,5%), jogos e apostas (6,2%), abastecimento de água (5,5%), saneamento básico (5,3%), livros (5,1%) ou produtos farmacêuticos (4,5%). Estes são os preços que mais subiram em Portugal no último ano, entre junho de 2020 e o mês passado, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) analisados pelo Expresso. Saltos que comparam com uma inflação de apenas 0,5% no mesmo período.

Afinal, o que se passa com os preços? A inflação, medida pela variação homóloga do Índice de Preços no Con-

sumidor (IPC), está muito baixa. Mas, o número global agrega dezenas de classes de bens e serviços (ver caixa) e há subidas muito acima da média, incluindo em bens e serviços com grande peso no consumo.

É o caso dos combustíveis e lubrificantes para equipamento de transporte pessoal que valem 3,6% do cabaz de referência do INE, utilizado para calcular o IPC. Mas não fica por aí. Outro exemplo são os produtos farmacêuticos — onde se incluem os medicamentos — que representam 2,1% do total. Subidas que têm a ver com fatores diversos (ver texto ao lado). Há outros bens e serviços essenciais onde os preços também estão a subir muito acima dos 0,5% do IPC. É o caso das rendas pagas por inquilinos pela habitação, com um aumento de 2% entre junho de 2020 e junho de 2021, e que valem 4,3% no consumo das famílias. Apesar da crise, a grande liquidez nos mercados financeiros e os juros negativos

têm impulsionado o setor imobiliário, ajudando a explicar esta subida. Nos artigos de vestuário (peso de 3,8% no cabaz de consumo), os preços subiram 3,2%. Uma evolução muito associada ao aumento dos custos de produção, das matérias-primas (subiram cerca de 40% nos últimos meses) aos transportes (o custo de um contentor vindo do Oriente chegou a multiplicar por sete durante a pandemia). Miguel Pedrosa Rodrigues, administrador da Pedrosa & Rodrigues e vice-presidente da ATP — Associação Têxtil e Vestuário de Portugal sublinha que “antes de o fio ganhar forma de malha ou tecido já está mais caro” e que, “do lado da têxtil, há esforço para acomodar tudo isto, mas há limites”. No caso da sua confeção, já teve de impor subidas de 10% a 15% às marcas clientes. Em cima disto há questões mais estruturais que também pesam, da subida do salário mínimo ao custo da energia.

Quanto aos produtos alimenta-

res, os dados do INE sinalizam uma estabilidade dos preços em termos globais. Mas a informação desagregada mostra uma subida de 3,9% nos óleos e gorduras, muito por causa da “recuperação do preço do azeite, em queda desde 2018”, explica Luís Mira, secretário-geral da Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP). Também subiu o preço das frutas, mais 1,7%, que “pode estar associado a um grande aumento do consumo no país com a pandemia, sobretudo de laranjas”, e da carne, mais 1,3%, que “tem a ver com o aumento das exportações”, aponta.

Famílias mais pobres penalizadas

O IPC “é um bom indicador para medir a inflação, sobretudo, a médio prazo, mas no curto prazo pode estar sujeito a algum viés, principalmente quando existem fortes mudanças nos preços relativos”, destaca João Duarte, economista e professor da Nova SBE. E lembra que os pesos dos bens e serviços no cálculo do IPC “são ajustados de forma estrutural a cada cinco anos. É possível que nesse meio termo existam vieses importantes neste indicador como medida da subida generalizada de preços”. Mais ainda, “o IPC, enquanto indicador agregado, não é um bom indicador para analisar como a evolução dos preços afeta diferentes grupos sociais/famílias”, vinca João Duarte. Isto porque “cada família, consoante o seu rendimento e riqueza, consome um cabaz diferente. Por exemplo, uma família com baixo rendimento tem um peso dos gastos em alimentação muito superior ao de uma família com alto rendimento”. E, “quanto mais desigual for a sociedade, mais o IPC irá refletir de forma diferente a evolução dos preços para os vários grupos sociais/famílias”, explica João Duarte. Ora, “dado os elevados níveis de desigualdade em Portugal, seria útil dispor de um IPC por quintil de rendimentos ou pelo menos um índice que retratasse a evolução dos preços para o cabaz típico das famílias mais pobres”.



Os preços dos produtos farmacêuticos subiram 4,5% entre junho de 2020 e junho de 2021

FOTO RUI DUARTE SILVA

Como se calcula a inflação?

O Índice de Preços no Consumidor (IPC) é a referência para o cálculo da inflação em Portugal. A nível europeu é usado o Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC). Ambos são apurados, no caso nacional, pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). O IPC é um indicador mensal, agregado, que mede a evolução dos preços de um conjunto de bens e serviços representativos da estrutura de despesa monetária de consumo final das famílias em Portugal. Para o seu cálculo, todos os meses, o INE recolhe perto de 118 mil preços, de aproximadamente 1200 bens e serviços representativos, em cerca de 13 mil estabelecimentos espalhados pelo país. Depois, os bens e serviços são ponderados em função da sua importância na despesa das famílias. Essa ponderação corresponde ao peso que têm no cabaz de consumo de referência, usado pelo INE no cálculo do IPC. O cabaz e o peso que nele têm os bens e serviços são revistos de forma aprofundada a cada cinco anos, com base no Inquérito às Despesas das Famílias (IDF). Contudo, para assegurar que o índice reflete a evolução dos padrões de despesa, o cabaz de bens e serviços e as ponderações são atualizados anualmente pelo INE. Apurado o valor do índice, podem ser calculadas a variação mensal, a variação homóloga e a variação média dos últimos 12 meses, que traduzem a taxa de inflação. Uma limitação do IPC e do IHPC é não refletirem o custo da habitação própria, apenas as rendas pagas pelos inquilinos. O Banco Central Europeu está agora a considerar utilizar esse custo.

defende Ricardo Paes Mamede, economista e professor do ISCTE — Instituto Universitário de Lisboa. A fórmula de cálculo do IPC (bem como do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor, a referência na Europa) agrava o problema, alerta Pedro Brinca, economista e professor da Nova SBE. Isto porque os ponderadores dos diferentes bens e serviços usados nesse cálculo “são obtidos através do peso que cada categoria de despesa tem no total da despesa agregada”, levando a que “o peso de cada categoria de bens reflita mais os padrões de consumo de quem mais gasta — tipicamente famílias com mais possibilidades”. Desta forma, “o IPC e o IHPC refletem sobretudo o impacto das alterações de preço nas possibilidades de consumo das famílias com mais possibilidades”, vinca Pedro Brinca. Uma questão “importante porque estes indicadores são usados para formulação de políticas económicas. Por exemplo, muitas vezes os apoios sociais estão indexados à inflação”. Ora, “como

nos últimos anos o crescimento dos preços tem sido mais forte em bens que têm mais peso no orçamento das famílias com menos posses (como os bens de primeira necessidade), o poder aquisitivo destes apoios têm diminuído, mesmo estando indexados à inflação”, constata o economista. É o caso dos Estados Unidos, mostra o artigo “Inflation heterogeneity and its impact on inequality: evidence from the United States”, de Francisco Tavares e Pedro Brinca. E um exercício efetuado para Portugal durante a pandemia pelo Banco de Portugal “mostrou que foi para os grupos com consumo mais baixo que os preços dos bens que consomem mais subiram”, nota Pedro Brinca. Os dados do INE para a variação homóloga do IPC entre junho de 2020 e junho de 2021 mostram que “muitos dos preços que subiram (como combustíveis, produtos farmacêuticos, abastecimento de água, ou saneamento) são de bens essenciais com um peso desproporcional no orçamento das famílias com menos possibilida-

des, e daí estarem a afetar de forma desproporcional — e negativa — estes grupos”, enfatiza Pedro Brinca. João Duarte chama a atenção para as rendas: “Sabendo que a habitação de aluguer está relacionada com classes mais jovens e de menor rendimento (onde todo o segmento relacionado com a habitação deverá ter um peso na casa dos 20%, muito acima do peso atual no IPC, que é da ordem dos 10%), um aumento de 2% (quatro vezes a média de 0,5% do IPC) penaliza esses grupos sociais/famílias”. “Há duas rubricas a destacar quanto à evolução dos preços em Portugal, tanto no último ano, como num prazo mais longo: os produtos alimentares e a habitação. A primeira tende a pesar mais nas famílias de rendimentos mais baixos. A segunda afeta as classes médias urbanas. Aparentaria estes grupos como os mais afetados pela evolução atual dos preços”, remata Ricardo Paes Mamede.

Com **DIOGO CAVALLEIRO**, **MARGARIDA CARDOSO** e **MIGUEL PRADO** slourenco@expresso.impresa.pt

Maiores aumentos de preço vistos à lupa

O que explica as maiores subidas em Portugal? A resposta depende dos bens, mas a pandemia está sempre presente



COMBUSTÍVEIS
Em junho os combustíveis em Portugal estavam cerca de 20% mais

caros do que um ano antes e a principal razão é o aumento da cotação do petróleo, que nesse intervalo de tempo disparou 74%, passando de 43 para 75 dólares por barril, reflexo de uma recuperação da procura à medida que pelo mundo fora foram aliviando as restrições à mobilidade. O facto de o preço de venda ao público ter uma elevada componente fixa de impostos leva a que a variação percentual da matéria-prima (que é apenas uma parte do preço final) se reflita numa variação mais suave no custo do produto na bomba.



MEDICAMENTOS
Os produtos farmacêuticos apresentavam em junho em média

preços 4,5% acima dos que tinham um ano antes, segundo o INE. Dados da autoridade nacional do medicamento, o Infarmed, mostram que até março os medicamentos não sujeitos a receita já estavam 3,3% mais caros do que no ano passado. O número de embalagens compradas pelos portugueses caiu 36% no primeiro trimestre mas o valor total gasto apenas baixou 28% (ou seja, o preço unitário aumentou). Já a despesa global dos hospitais públicos com medicamentos até março aumentou 3,4%, segundo o Infarmed.



LIVROS
Os editores “têm feito um esforço de contenção, até porque o mercado

esteve parado muito tempo”, sublinha Pedro Sobral, vice-presidente da APEL — Associação Portuguesa de Editores e Livreiros, antes de atribuir a subida de 5,1% indicada pelo INE a duas razões principais, além do preço das matérias-primas: o número de novidades lançadas este ano (e por isso no regime de preço fixo durante 18 meses) “foi muito superior ao de 2020” e a venda de livros infantojovens, “com um preço de venda ao público muito mais baixo, na ordem dos €7, caiu até porque as festas e os momentos de convívio em que eram oferecidos deixaram de existir, pelo que os livros para adultos (PVP médio de €13,9) ganharam peso”.



JOGOS E BRINQUEDOS
Assim como artigos para atividades de

recreação e lazer aumentaram 4,2% “muito por força da subida do preço dos transportes na importação do Oriente. China em especial, uma vez que o preço dos contentores disparou e as viagens tornaram-se mais demoradas”, comenta Miguel Pina Martins, presidente da Science4you, empresa portuguesa dedicada ao desenvolvimento, produção e comercialização de brinquedos educativos. Acredita que os preços “ainda vão subir mais até ao Natal” e também são impactados pelo disparo no custo das matérias-primas, um fator que pode vir ainda a influenciar a oferta made in Portugal.



MEIOS OU SUPORTES DE GRAVAÇÃO
Em causa está uma subida de 14,9% que apanha cassetes, CD,

discos de vinil e afins essencialmente pelo lado da quebra da procura e da oferta. A produção diminuiu e, com menos escala, os custos ficaram mais caros.



JOGOS E APOSTAS
É um item relativamente ao qual ninguém parece conseguir explicar a

subida de 6,2%. Do lado dos casinos físicos, garantem que os preços não subiram e até houve redução do nível das apostas. É verdade que os constrangimentos impostos pelo encerramento de oito meses, seguido de reduções de horários, levaram muitos jogadores a voltarem-se para o online, onde mais de 70% dos sites são clandestinos, mas os operadores legais contactados também garantem não ter subido preços. E o mesmo assegura a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.



SERVIÇOS MUNICIPAIS
Os dados do INE indicam subidas de preço de 5,5% no

abastecimento de água, de 5,3% no saneamento básico e de 4,3% na recolha do lixo. Num mercado muito atomizado, onde convivem empresas municipais, empresas multimunicipais e empresas privadas concessionárias, ninguém arrisca explicações taxativas para estas subidas. Ainda assim, Eduardo Marques, presidente da Associação das Empresas Portuguesas para o Sector do Ambiente (AEPISA), aponta que “estes indicadores poderão ter sido influenciados pelos descontos que diversos municípios facultaram aos utilizadores, no contexto da pandemia”. A Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) aponta no mesmo sentido: “Em 2020 foram diversas as alterações realizadas aos tarifários no sentido da sua redução temporária, como medida extraordinária de apoio social, em resposta à pandemia de covid-19”. Nesse sentido, “117 entidades gestoras procederam a alterações dos tarifários verificando-se uma grande diversidade no tipo de reduções e no universo de utilizadores abrangidos”, destaca a ERSAR, salientando que este contexto “deve ser tido em conta na comparação de períodos homólogos de anos subsequentes”.



SEGUROS
Se o INE aponta para aumentos do preço nos seguros de transporte (8,5%) e de

saúde (9,4%) face ao ano passado, nem o supervisor do sector, nem a associação que representa as seguradoras têm dados idênticos. “A Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) esclarece que face aos dados mais recentes do volume de produção global do mercado em junho de 2021, a produção do Ramo Não-Vida cresceu 3,1%, e, dentro desses, os seguros de Doença cresceram 8,3% no que toca à produção”, indica, assumindo que não consegue efetuar a comparação com o INE por não saber os pressupostos utilizados. A produção corresponde às vendas das companhias, resultante dos prémios cobrados aos clientes. Já no ramo Marítimo Aéreo e Transportes, “a variação da produção foi de 3,3% (que se enquadra no total dos ramos restantes)”. A associação do sector, a APS, diz que “a evolução destes dois ramos”, segundo os dados de que dispõe, “tem uma evolução distinta e muito inferior aos indicadores apresentados” pelo INE.

RECORDISTAS NO AUMENTO DE PREÇOS

Taxa de variação homóloga do IPC por consumo individual por objetivo, em junho de 2021 e entre parêntesis o peso no cabaz de consumo, em percentagem



PRODUTOS ALIMENTARES QUE MAIS SOBEM

Taxa de variação homóloga do IPC por consumo individual por objetivo, em junho de 2021 e entre parêntesis o peso no cabaz de consumo, em percentagem

